

Estudos da Língua(gem)

Enunciação e produção de subjetividade: contribuições de É. Benveniste e M. Bakhtin

La énonciation et production de subjectivité:
les contributions de É. Benveniste et M. Bakhtin

Bruno DEUSDARÁ*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ/BRASIL

RESUMO

Neste texto, discutimos os rearranjos provocados no campo dos estudos da linguagem, quando a subjetividade passa a constituir-se como tema de investigação do linguista. Para isso, retomamos aspectos importantes das obras de Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin como contribuições para problematizar a subjetividade como produção social. Ao final, explicitamos as discussões propostas em análise de paródias em anúncios publicitários, destacando os efeitos da espetacularização do contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Subjetividade. Enunciação. Gêneros do Discurso.

*Sobre o autor ver página 229.

RÉSUMÉ

Dans cet article, nous parlons sur des réarrangements induits dans le domaine de la linguistique, où la subjectivité vient d'être constitué comme un objet d'étude par le linguiste. Pour cela, les travaux de Émile Benveniste et de Mikhaïl Bakhtine ont été repris pour permettre à problématiser la subjectivité comme production sociale. A la fin, les réflexions sont confrontés à l'analyse des parodies dans les publicités, mettant en évidence les effets de la spectacularisation de la vie contemporaine.

MOTS-CLÉS: Analyse du Discours. Subjectivité. Énonciation. Genres de Discours.

1 Considerações iniciais

A atualidade das reflexões em torno da subjetividade nos estudos linguísticos vem impulsionando experiências de ultrapassagem dos contornos disciplinares instituídos. Trata-se de atravessar dado modo de institucionalização dos saberes que conferiu ao linguista a exclusividade sobre a língua e atribuiu igualmente ao psicólogo certo encargo acerca da interioridade humana.

Pretende-se atravessar esses contornos para dar passagem a empréstimos conceituais, contrabandos teóricos, contágio entre as práticas, reconfiguração dos objetos, tal como se estabeleceram, a partir dessa distribuição. O que se exige do pesquisador, nesse contexto, parece não se restringir à aplicação de conceitos já elaborados em outros territórios disciplinares, mas à discussão permanente acerca de possíveis compatibilidades e, sobretudo, da sustentação de polêmicas em torno dos materiais com os quais trabalhamos, constituindo alianças não previstas entre saberes.

No que concerne aos estudos linguísticos, o procedimento de base para o estabelecimento da língua como objeto tem estado incisivamente em discussão: extrair certo conjunto de regularidades dos textos, tidos como acontecimentos acidentais, para fazer ver um sistema de relações que se compõe anteriormente aos usos. A atenção que vem sendo

conferida ao estudo dos textos aponta, em parte, para um projeto de revisão dos contornos atribuídos aos fenômenos que deveriam estar sob a lupa do linguista. Não parece ser possível proceder a tal revisão apenas optando por uma das dimensões implicadas na dicotomia sistema/uso, que não passe por um rearranjo radical da própria lógica disciplinar que contribuiu para o seu estabelecimento.

Em flagrante contraposição a essa maquinaria disciplinar, a noção de subjetividade, outrora capturada nos domínios privativos da psicologia, vem fazendo parte de novas configurações do *métier* do linguista, para quem a materialidade linguística pode interessar como expressão de um jogo de forças, configurando imagens sempre provisórias de si e do mundo. Dessa forma, afirma-se que a “subjetividade não diz respeito a uma forma ou estrutura subjetiva que é fundamento de si, mas processo de criação do si, ou melhor, processo de subjetivação” (PASSOS, 2008, p. 213).

Eis a razão pela qual temos preferido, neste trabalho, o termo “subjetividade” a “sujeito”: busca-se com ele afirmar sua dimensão processual. A proposta original remete a F. Guattari, a partir da “ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinica, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 33).

Formulada dessa maneira, a noção de subjetividade mantém diálogo estreito com toda a crítica que vem se desenvolvendo no campo da psicologia às tradições essencialistas, tal como, a seguir, indicam as autoras:

A concepção de homem hegemônica na psicologia é a de um ser ahistórico, abstrato, tendo uma existência em si e que se refere ao homem que pergunta: quem sou eu? Qual é o meu desejo? Por que desejo? Pretende-se, com isso, chegar a uma verdade sobre si, a um essencialismo. (COIMBRA; LEITÃO, 2009, p. 150)

Não parece difícil antecipar uma crítica acerca desta investida: tratar-se-ia de uma tomada de posição que se restringiria a uma opção filosófica, sem qualquer efeito concreto nos estudos linguísticos. Não se poderia assumir tal ponto de vista, sem igualmente ignorar que a lógica

que distribui os fenômenos entre especialistas não deixa de conceber os fatos que reparte. Observe-se ainda que, em relação à linguística, não se pode sequer afirmar que o estabelecimento de seu objeto tenha se absterido de qualquer reflexão sobre o social e a subjetividade, incluindo-se nos parâmetros das concepções então em voga. Ao contrário, o que se percebe, por exemplo, a respeito do social – concebido como fato exterior ao individual – é uma forte vinculação a uma perspectiva durkheimiana.

Outro aspecto que merece atenção reside nas implicações éticas subjacentes às escolhas conceituais. As abordagens no campo da psicologia que vêm propondo uma reconfiguração da noção de subjetividade, em contraposição ao essencialismo dominante, ressaltam os vínculos desta concepção com uma maneira de pensar neoliberal:

A crença nas essências produz a reificação do indivíduo. O ‘modo-de-ser indivíduo’ onde tudo será responsabilidade e atributo do sujeito é, entretanto, apenas uma das formas possíveis de subjetividade em nosso mundo. Ela expressará duas características bem caras ao modo de funcionamento capitalista. Uma delas é a meritocracia, onde tudo depende da capacidade e eficiência individual. Cada um passa a ser responsável pelo que *é* e pelo que consegue *fazer* (COIMBRA; LEITÃO, 2009, p. 151).

Como se vê, uma experiência transdisciplinar não se restringe a avançar sobre outros domínios e investir em certa apropriação de conceitos. O que se cria são as alianças que dão consistência a novas problematizações, cujo foco se dirige igualmente à delimitação dos objetos e à construção de posicionamentos a partir dos quais é possível falar sobre determinado fenômeno.

A lógica de distribuição de saberes confere ao especialista um domínio de fenômenos já repartidos, constituindo-se como se remetesse a um mundo cujos conflitos se encontrariam previamente neutralizados, sem história, nem criação de novos arranjos, não previstos nas regularidades estabelecidas. O questionamento que se dirige a essa lógica aponta invariavelmente para a constituição de uma nova *política cognitiva*, para a qual “conhecer é estar em um engajamento produtivo da

realidade conhecida, mas também é constituir-se neste engajamento por um efeito de retroação, já que não estamos imunes ao que conhecemos” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 115).

Os problemas apontados anteriormente nos conduzem a buscar, entre os referenciais dos estudos linguísticos, reflexões que nos permitam uma aproximação com tal discussão em torno da subjetividade. A esse respeito, o investimento em uma abordagem enunciativa da linguagem parece oferecer delineamentos importantes, do ponto de vista teórico, para o trabalho do linguista, ressaltando a simultaneidade entre instauração da situação de enunciação e produção de subjetividade.

A enunciação constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 193).

Dessa forma, uma abordagem enunciativa pode investir na análise da ancoragem dos textos nas situações de troca verbal, ao mesmo tempo, atentando para dinâmica de coengendramentos que se estabelece: a condição da linguagem reside em instaurar a situação que a torna possível, configurando posicionamentos que a legitimam.

Iniciamos por considerações em torno dos estudos enunciativos, estabelecendo aspectos favoráveis a uma teorização em torno da interface subjetividade e produção social. Partimos de Benveniste (2005, 2006) e Bakhtin (2004), observando as indicações presentes neste último como ponto de contato com uma concepção de subjetividade como produção (GUATTARI, 2006, GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Ao final do texto, ilustramos as discussões propostas com a análise de anúncios publicitários que encenam depoimentos atribuídos a personagens inusitados: vegetais à venda. Com essa análise, retomamos um tema que vem ganhando destaque em abordagens discursivas – as enunciações aforizantes – com o intuito de apontar os modos a partir dos quais se constituem as instâncias de fala não como origem, mas como efeito do dizer que instauram.

2 Por uma abordagem enunciativa da linguagem: o foco na produção social de subjetividade

Neste item, explicitamos uma necessária teorização, por parte do linguista, acerca da espessura sócio-histórica das trocas verbais em circunstâncias concretas. Não obstante ter sido caracterizada genericamente como “extralinguística”, parece-nos insuficiente tal caracterização, pressupondo que componentes tão distintos desse entorno ajam sobre a linguagem exatamente como força exterior. O efeito indesejável desse tipo de teorização apontaria para uma neutralização dos conflitos sociais que atravessam as práticas de linguagem como plano de configuração de real.

O potencial de tal perspectiva reside, entre outros aspectos, em se ter originado no campo dos estudos linguísticos como parte de uma preocupação que aponta para uma dimensão reflexiva das práticas de linguagem:

A reflexão sobre a enunciação pôs em evidência a dimensão reflexiva da atividade linguística: o enunciado só faz referência ao mundo na medida em que reflete o ato de enunciação que o sustenta. Assim, as pessoas e o tempo do enunciado são selecionados em relação a sua situação de enunciação; desse modo, o enunciado possui valor ilocutório que ele “mostra” por meio de sua enunciação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 193).

Como se vê, a teorização a respeito da espessura sócio-histórica das trocas verbais, embora de forte interesse na atualidade, não é inaugurada nas reflexões contemporâneas. Também não é produto apenas de um deslocamento conceitual proveniente de outras áreas do saber. Trata-se de parte de uma preocupação que também se situa nos limites dos estudos linguísticos, que atenta para o fato de que, ao enunciar, o que se alcança como produto não é apenas um enunciado, mas a criação da própria situação na qual ele possa ser posto em circulação.

Diversos autores experimentaram, desde as primeiras décadas do século passado, investimentos teóricos nessa direção. Parece-nos

imprescindível citar, entre os autores interessados na indissociabilidade entre as trocas verbais e as situações nas quais emergem, as iniciativas de É. Benveniste. Tornaram-se clássicas suas referências a “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82) que caracteriza a *enunciação*.

Como *ato individual de realização*, a enunciação é, segundo o autor, *processo de apropriação* da língua, no qual “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Benveniste adianta-se na indicação dos recursos disponíveis na língua para apropriação do falante como locutor. Ao lado disso, cabe destacar que a instituição de um locutor, por meio da colocação em funcionamento da língua, não se dá sem o aparecimento de um alocutário, a quem ele se dirija. Ao tomar a palavra, o locutor “(...) implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Sugerimos ao leitor destaque para o verbo “postular”, na citação anterior. Seu emprego permite considerar que, embora possa não haver a presença física de um alocutário, qualquer realização individual de linguagem admitiria potencialmente alguém a quem o locutor se dirija. Estaríamos diante de um potencial de criação da linguagem no momento mesmo de sua realização. Independente do que haja fisicamente diante do locutor, ele somente pode ser reconhecido como tal se tomar a palavra e o fizer, dirigindo-se a alguém, ou melhor, pressupondo, ao menos potencialmente, alguém a quem suas palavras sejam dirigidas – o *tu* dessa enunciação.

Aqui começa a se delinear um aspecto a ser ressaltado em possíveis contribuições do linguista nas reflexões acerca da interface entre subjetividade e produção sócio-histórica: as trocas verbais se caracterizam pela instituição de certa qualidade de relação entre um locutor e seu alocutário.

Em outro texto, Benveniste segue suas considerações a respeito da relação produzida entre os parceiros das situações de interação verbal:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha locução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na locução daquele que por sua vez se designa por *eu* (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Ressalte-se a ênfase atribuída ao diálogo e a outro aspecto característico de sua constituição: a reciprocidade. A consciência de si, bem como o lugar atribuído ao locutor, só poder ser percebida no contraste com o alocutário. As (con)figurações da subjetividade fundam-se na reciprocidade, já que:

a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se meu eco [...] (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Até agora, demos destaque à evidência de que o processo de trocas verbais pressupõe, além do locutor, a existência, ao menos potencial, de um alocutário. Observamos ainda que a consciência de si é constituída por contraste, concedendo papel fundamental ao diálogo. Outra característica remete à reciprocidade, permitindo apreender uma dinâmica de troca de lugares entre locutor e alocutário, no momento da enunciação. Trata-se de um movimento de constituição mútua, cuja dinâmica assegura reciprocidade.

No entanto, algo insiste: a correspondência entre sujeito da linguagem e instância individual. A nosso ver, trata-se de aspecto que já havia sido tocado por Bakhtin (2004), quando das considerações acerca da natureza ideológica do signo linguístico. Ele afirma que “os signos só podem aparecer em um terreno interindividual” (BAKHTIN, 2004, p. 35).

Sem dúvida, poderíamos levantar exemplos os mais diversos em Bakhtin, indicando a presença do eu e do outro como correspondendo a

instâncias individuais, sobretudo se o desejássemos fazê-lo, recuperando obras como *Estética da Criação Verbal*.

Uma primeira citação refere-se ao acabamento dos enunciados. A esse respeito, o autor afirma: “O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas” (BAKHTIN, 2000, p. 299).

Seria possível ainda observar o que o autor propõe acerca do pensamento como remetendo a uma atividade interior: “Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2000, p. 320).

No entanto, parece-nos interessante destacar que, ao lado da permanência da instância individual bem marcada – afinal, não é razoável exigir que um autor não expresse as marcas de seu tempo –, oferecem-se elementos consideráveis para observar uma redução da distância que separaria os polos da interação verbal. Não se pode ignorar assim que o que se considera “pensamento real” acima é apenas aquilo que se encontra atravessado pela presença ativa do outro.

Mesmo as palavras de que o indivíduo se utiliza no *discurso interior*, já são constituídas ideologicamente:

Na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material. A palavra é, por assim dizer, utilizável como signo interior [...] (BAKHTIN, 2004, p. 37).

Esse fragmento, associado a tudo o que já se conhece da obra do autor, nos coloca diante de um modo bastante particular de tratar o problema relativo à instância individual. Com os recursos conceituais de que dispunha então, o teórico russo parece apontar para uma insuficiência da dicotomia social / individual, já que, mesmo a fala interior, que, nos

termos da referida dicotomia, poderia indicar uma atividade individual anterior e independente do encontro social, é constituída ideologicamente. É isso o que nos interessa ressaltar aqui: uma condição para a superação do binômio individual / social.

Antecipando as críticas às feições excessivamente cristalizadas na dicotomia infraestrutura / superestrutura, o teórico russo elabora uma metáfora que, a nosso ver, sintetiza muito de sua contribuição. Segundo ele, a realidade ideológica é “superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos” (BAKHTIN, 2004, p. 36).

Ao atribuir à realidade ideológica lugar “imediatamente acima da base econômica”, Bakhtin evita distâncias excessivas entre o plano econômico e os planos social, histórico, cultural. Além disso, ao fazer variar a consciência individual entre a posição de “arquiteto” e a de “inquilino”, em sua metáfora anterior, ele trata as consciências individuais como problema sócio-ideológico. Ou seja, o que é supostamente atribuído a uma interioridade individual é, fundamentalmente, social e ideologicamente produzido.

Dessa forma, o indivíduo deixa de ser percebido como dotado de uma interioridade, tomada como origem dos seus modos de pensar, agir e dizer. Como não perceber nesse tipo de reflexão sobre o plano individual um ponto de contato com o que Guattari afirma no fragmento a seguir?

A divisão social do trabalho implica uma quantidade enorme de trabalho assalariado fora da entidade produtiva (nos equipamentos coletivos, por exemplo), e de trabalho não assalariado, sobretudo o trabalho feito pelas mulheres. [...] *A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção* (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 35-36).

Chegamos aqui a um ponto fundamental: a subjetividade descentrada da individualidade como origem e, conseqüentemente, concebida como produção social. De acordo com Guattari, a produção de mercadorias não se dissocia da produção de modos de viver do

trabalhador. O que acontece no interior da fábrica se conecta com uma complexa produção social realizada também em seu exterior. Recusa-se, assim, a ideia de uma subjetividade que se tenha formado uma vez na infância e que atualizaria apenas como um teatro, em favor de “um processo de produção de si que se realiza com componentes heterogêneos, matérias distintas ou vetores de existencialização diversos” (PASSOS, 2008, p. 212-213). Afirmar-se uma subjetividade que se produz “não só das relações familiares, dos acontecimentos da infância ou dos componentes biológicos, mas também das relações com a cidade, com a política, com os meios de comunicação, com as novas tecnologias etc” (PASSOS, 2008, p. 213).

Se, em Benveniste, já era possível perceber que as trocas verbais não se instituem sem uma produção social correspondente, é com Bakhtin que se abre a possibilidade de assumir um caráter radicalmente sócio-histórico, conduzindo, contemporaneamente, a um descentramento da instância individual como origem da produção subjetiva e, por extensão, do dizer, tal como atestam as indicações acima.

Em Bakhtin, o descentramento da instância individual é possibilitado pela relativização da dicotomia infraestrutura/superestrutura, tal como será destacado originalmente por Guattari:

Considerar a subjetividade sob o ângulo da sua produção não implica absolutamente, a meu ver, voltar aos sistemas tradicionais de determinação do tipo infra-estrutura material – superestrutura ideológica. Os diferentes registros semióticos que concorrem para o engendramento da subjetividade não mantêm relações hierárquicas obrigatórias, fixadas definitivamente. [...] A subjetividade, de fato, é plural, *polifônica*, para retomar uma expressão de Mikhail Bakhtine (GUATTARI, 2006, p. 11).

Interessante observar a referência a Bakhtin no fragmento anterior. Sua ousadia em rever a dicotomia infraestrutura/superestrutura é ponto fundamental para a abertura a uma conceituação da subjetividade, acentuando um processo de produção permanente que se instaura a partir de situações concretas. Esse tipo de reflexão promove deslocamento

importante como aquele que se refere ao trabalho do linguista, que procuramos destacar em seguida.

3 Encenações da subjetividade em publicidade de alimentos

No presente item, damos desdobramento à problemática suscitada anteriormente, a partir de um esboço de análise de anúncios publicitários de uma rede de estabelecimentos comerciais especializada em produtos do gênero hortifrutigranjeiro. As diversas campanhas realizadas pela referida rede vêm-se caracterizando por adotar paródias de diferentes textos, referindo-se a cartazes de filmes de grande audiência, a trechos de músicas populares, ou, ainda, a capas de revista de fofoca.

Aspecto privilegiado em suas campanhas publicitárias, o humor vem sendo afirmado como traço característico da rede, tal como se observa na descrição proposta em sua página eletrônica: “a maior rede de hortifrutigranjeiros do país. Onde você sempre encontra bom-humor, produtos selecionados e fresquinhos”.

Conhecida por privilegiar, como linha editorial, o acesso à intimidade, ao cotidiano de pessoas tidas por celebridades da cena midiática, a revista *Caras* é um dos alvos das paródias constantes nas campanhas da referida rede. Trata-se de periódico semanal, com circulação no Brasil e em Portugal há duas décadas. Mais recentemente, vem sendo editada também em Angola.

No acesso à página eletrônica da revista, eis o que se anuncia: “fotos de famosos, notícias e perfis das celebridades”. Uma consulta às capas das edições mais recentes nos permite uma aproximação a certos aspectos que parecem constantes: a indicação de uma matéria central, com uma foto de destaque da celebridade, acompanhada ou sozinha, que terá algum evento de sua carreira divulgado ou uma experiência pessoal a ser exibida. No alto da página, observa-se uma barra, que tem à esquerda a logomarca da revista e à direita outro destaque, em espaço reduzido, dispondo igualmente de uma imagem ao canto e o texto correspondente a ela ao centro.

A título de ilustração, recorremos a capas das três últimas edições, em que se destacam as seguintes chamadas para as matérias principais:

Taís Araújo: 'A maternidade me deixou mais calma'

Hebe 1929-2012

Adriane Galisteu se diz pronta para ter o segundo filho

Em duas delas, observam-se marcas de discurso relatado. Na primeira, há sinais gráficos – uso de dois pontos e aspas – indicando a fronteira entre o discurso citante e o discurso citado. Nessa primeira ocorrência, a capa traz em destaque uma imagem da atriz Taís Araújo, a quem é atribuído o relato. Já na segunda ocorrência de discurso relatado, a citação atribuída à atriz Adriane Galisteu é transformada em discurso indireto, cuja marca introdutória é o verbo “dizer”.

O que se observa é a presença de enunciados que, à primeira vista, seriam considerados “soltos”, sem talvez remeter a um gênero do discurso preciso e que pudesse valer apenas pela declaração que faz. Trata-se de enunciados que vêm sendo chamados de *fórmulas*: “existem fórmulas que funcionam como enunciados autônomos e fórmulas que são citadas para marcar um posicionamento específico que se opõe implicitamente outros” (MAINGUENEAU, 2006, p. 72).

Em uma de suas primeiras discussões a respeito do funcionamento enunciativo desse tipo de enunciado, Maingueneau ressalta o papel que vêm cumprindo na cena midiática:

De fato, é impossível determinar se essas ‘pequenas frases’ são assim porque os locutores dos textos de origem as quiseram assim, isto é, destacáveis, destinadas à retomada pelas mídias, ou se são os jornalistas que as dizem dessa forma para legitimar seu dizer (MAINGUENEAU, 2006, p. 80).

Não importando a condição original do enunciado, seu modo de circulação põe em cena um processo de individuação da subjetividade. Dessa forma, mais do que de ter origem em um indivíduo dado, tais enunciados reforçam certo modo de fazer ver as subjetividades individuadas, circunscritas a um corpo e capazes de proferir julgamentos que apenas corresponderiam a depoimentos, confissões pessoais.

Mais recentemente, o autor se propõe a discutir o funcionamento desse tipo de enunciado por um viés que nos interessa aqui explorar.

A esse destacamento dos enunciados atribuídos a pessoas autorizadas, funcionando como trechos autônomos, o autor passa a chamar *aforização*. Na enunciação aforizante, o que parece ganhar destaque é o testemunho daquele a quem se atribui a responsabilidade do dito, criando a ilusão da palavra pura, como expressão de sua interioridade, fortalecendo uma concepção essencialista.

Para compreender uma enunciação aforizante, o leitor precisa se desfazer da “utopia de uma palavra viva, pura expressão de si do locutor” (MAINGUENEAU, 2012, p. 116). É preciso recuperar, a partir das demais pistas oferecidas pelo contexto em que se inscreve, elementos para restabelecer o posicionamento com o qual ela se confronta.

Vejam agora o que se passa nas capas parodiadas da campanha publicitária mencionada anteriormente:

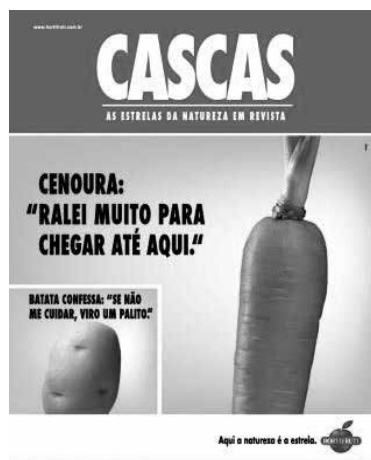


Figura 1

(Fonte: hortifruti.com.br)

Cenoura: ‘ralei muito para chegar até aqui’

Batata confessa: ‘se não me cuidar, viro um palito’

Um estranhamento inicial reside na apresentação de citações atribuídas a leguminosas! Ambos os relatos se inscrevem na modalidade do discurso direto, introduzidos, assim como observamos anteriormente em uma das capas da revista *Caras*, por sinais gráficos como dois pontos e

aspas. Tal atribuição de um relato a uma leguminosa parece explicitar um duplo movimento: de um lado, a impossibilidade do dizer atribuído a esse personagem; de outro, o fortalecimento desse modo de funcionamento da midiaticização dos relatos individuados.

Outras marcas já teriam conduzido o leitor de cada um dos anúncios, tais como a semelhança entre Caras e Cascas, a diagramação da logomarca, a organização dos elementos visuais imitando a capa da revista. Acrescente-se a isso, o modo pelo qual as supostas matérias são anunciadas, recorrendo a uma fala aparentemente “solta” de uma celebridade – posições aqui ocupadas por uma cenoura e uma batata!

Nos exemplos acima, ressalta-se certo trabalho sobre as gírias, bastante comuns nas declarações de celebridades, conferindo um ar de intimidade com as câmeras a quem prestam os testemunhos, fazem confidências. A primeira fala é introduzida apenas por um sinal gráfico e a segunda, por um verbo *dicendi* “confessa”, sugerindo que o relato fosse produto da exteriorização de algo que remetesse à intimidade nem sempre revelada.

Seguindo com nossas observações, retomamos outros três exemplos, extraídos de anúncios da mesma campanha:



Figura 2
(Fonte: hortifruti.com.br)

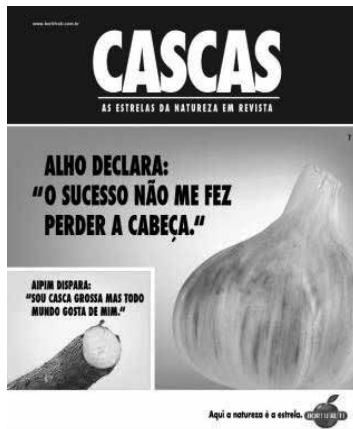


Figura 3
(Fonte: hortifruti.com.br)

Coco: ‘Quando se está no topo, todos querem te derrubar’
Concentrado na Copa, maracujá pede calma à nossa seleção
Alho declara: ‘O sucesso não me fez perder a cabeça’
Aipim dispara: ‘Sou casca grossa mas todo mundo gosta de mim’

Nos exemplos acima, destacam-se procedimentos semelhantes aos observados anteriormente: relatos em discurso direto, introduzidos apenas por marcas gráficas, ou com o auxílio de verbos *dicendi* – “declarar” e “disparar” –, presença de elementos que remetem a um registro coloquial.

Para uma compreensão esperada dos anúncios, não é possível recuperar informações novas e úteis a serem transmitidas ao leitor. Nada, no plano dos conteúdos mobilizados, remete ao que se poderia esperar em um anúncio: à qualidade dos produtos, aos preços praticados, à agilidade dos serviços.

Ao tentar recuperar elementos que tornassem pertinente a enunciação aforizante nos exemplos acima, o leitor se encontraria mais próximo de uma encenação do que Maingueneau (2012) chamou de *enquadramento testemunhal*: a redução da dimensão informacional a favor da expressão de uma emoção, de uma convicção. O leitor é assim estimulado a indagar por que se atribuem a vegetais falas que encenam depoimentos de celebridades.

No caso dos anúncios publicitários em questão, há um mínimo de informação. Nada no que é dito permite chegar a alguma conclusão a respeito do sentido atribuído à situação em que vegetais são convocados como celebridades. Não é novidade o que dizem, o importante é que algum destaque seja conferido às frutas e aos legumes. A remissão à qualidade dos produtos oferecidos – expectativa fornecida pelo gênero do discurso anúncio publicitário – é apenas sugerida pelo modo como o texto se enuncia, fazendo-os tomar a palavra. Não é outro que se refere aos vegetais, responsabilizando-se pelo dizer, mas eles próprios assumem o centro da cena midiática, emergindo como efeito do conjunto de procedimentos anteriormente descritos. Com efeito, reforçam-se as subjetividades individuadas, ao mesmo tempo em que se apresenta sua

fratura, um dimensão de criação desse plano como originário dos sentidos. Seu caráter de criação residiria justamente no fato de poder ser atribuído a qualquer um, inclusive a uma leguminosa.

4 Considerações finais

Nestas Considerações finais, gostaríamos de recuperar ainda parte do que dissemos anteriormente, quando nos referimos aos anúncios publicitários: se o sentido que é possível atribuir ao texto não reside na autoridade que possuem os vegetais que enunciam, mas, antes, é preciso considerar que eles emergem como efeito da encenação midiática e dos mecanismos propostos, o que dizer a respeito das celebridades? Seriam elas personagens autônomos, dotadas de uma autorização a enunciar independente e anterior à cena midiática que as convoca?

Muito se tem discutido a esse respeito e gostaríamos de aqui destacar essa dinâmica de engendramentos simultâneos: a cada vez que toma a palavra, não é somente sua fama anterior que é reconhecida, mas toda essa maquinaria midiática é alimentada e posta a funcionar, produzindo sua imagem de celebridade como efeito desse jogo. Um mundo se instaura repartindo celebridades e espectadores, a partir de dispositivos de publicização das intimidades, conferindo novos contornos não apenas à cena midiática, mas à vida cotidiana. A espetacularização do cotidiano vem desafiando profissionais das diversas áreas a um problema ético, que não se reduz ao imperativo moralizante do “dever exibir-se” que tem como ponto de partida e de chegada tão somente o indivíduo. Trata-se de reafirmar a potência dos encontros como construções imanentes, das quais se extraem sentidos novos, em que câmeras, por exemplo, têm sido utilizadas como disparadores de imagens que produzem afetos de solidariedade, que convocam à ação conjunta frente ao que se mostra como intolerável. Eis o desafio assumido: criar condições teóricas para afirmar a subjetividade como efeito, ou seja, imagens construídas pela própria enunciação, a partir de um agenciamento das forças que se expressam em uma situação de interação verbal.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. De Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Trad. de Marco Antônio Escobar. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 2005. p. 284-293.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coord. da trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COIMBRA, C.; LEITÃO, B. S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. In: MOURÃO, J. C. (Org). **Clínica e Política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaçar; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 147-155.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leitão. São Paulo: 34, 2006.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAINGUENEAU, D. Texto, gênero de discurso e aforização. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012. p. 109-128.

SOUZA-E-SILVA, M. C. Citação e destacabilidade. In: **Cenas da Enunciação**. Org. Sírio Possenti e M. Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006. p. 72-90.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: MOURÃO, J. C. (Org). **Clínica e Política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquare; Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 103-119.

PASSOS, E. A relação entre cognição e artifício no contemporâneo: os limites do humano. In: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 212-226.

Recebido em outubro de 2012.

Aceito em dezembro de 2013.

SOBRE O AUTOR

Bruno Deusdará é doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), onde também realizou Mestrado em Letras, com área de concentração em Linguística (2006). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem (Instituto de Letras) e do Programa de pós-graduação em Letras, da Uerj. É líder do *grpesq* CNPq *PraLinS – Práticas de Linguagem e Subjetividade*. Com Vera Santanna, organizou o livro “Trajetórias em Enunciação e Discurso: conceitos e práticas”, publicado pela Editora Claraluz, em 2007. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, educação, subjetividade.
e-mail: brunodeusdara@gmail.com